

## **Plano prevê ampliação de acesso ao ensino superior**

O Plano de Desenvolvimento da Educação prevê a ampliação do acesso ao ensino superior em estabelecimentos privados. Cerca de 40 mil bolsas de estudo integrais devem ser acrescidas às 400 mil - integrais e parciais - oferecidas a estudantes pobres por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni). No caso das universidades federais, o objetivo é dobrar o número de vagas, mas até agora não há um acordo entre o MEC e as reitorias sobre como fazer isso e como custear a ampliação.

Do total de estudantes beneficiados hoje pelo ProUni, cerca de 150 mil recebem bolsas parciais, de 50% da mensalidade. Mas essas vagas são mais difíceis de preencher, porque boa parte dos jovens pobres não tem nem mesmo recursos para pagar metade das mensalidades. "O financiamento estudantil no País foi mal pensado até hoje", criticou o ministro da Educação, Fernando Haddad. "É feito de tal maneira que quem precisa não pode pagar"

A idéia do ministério é passar a pagar os 50% da mensalidade que caberiam ao estudante através do Financiamento Estudantil (Fies). Com isso, o jovem teria uma bolsa integral de estudo enquanto estivesse na faculdade, começando a pagar apenas quando estivesse empregado. A intenção é ampliar o prazo de pagamento para até 10 anos e prever no contrato que o pagamento passe a ser feito com desconto em folha.

Já para as instituições privadas, o governo pretende dar mais uma razão para que elas ofereçam bolsas parciais. Hoje, os créditos que elas recebem através do Fies só podem ser usados para pagar dívidas atuais com o governo federal. Agora, a União pretende permitir que troquem também por dívidas antigas - a maior parte das instituições têm dívidas vencidas com a União.

Já nas universidades federais, a discussão ainda envolve recursos, prazos e metas que as instituições vão ter que cumprir. O cálculo do ministério é que, com 20% de recursos a mais, melhorando a gestão, as instituições podem dobrar o número de alunos hoje matriculados, hoje um pouco menos de 600 mil. "Estamos resgatando protocolo apresentado pela Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) em 1997 mas que não teve consequência", disse Haddad. "A relação aluno / professor no Brasil é baixa. Também temos que diminuir o custo-aluno, que é alto".

A intenção do MEC é que as instituições apresentem projetos com metas de gestão para ampliar o número de cursos noturnos, aumentar o número de alunos por professor e o número de estudantes que conseguem se formar. Para isso, oferece cerca de R\$ 3,7 bilhões, mas as universidades acham que essas mudanças custam mais caro - cerca de R\$ 2,7 bilhões por ano, de acordo com uma conta feita pela Universidade Federal de Goiás. Mais reuniões estão marcadas entre MEC e Andifes para tentar chegar a um acordo.

**Disponível em: <<http://www.universia.com.br>>. Acesso em 19 mar. 2007**